

Incertezas sobre cidades e mapas

Maria de Fátima Costa¹
Pablo Diener²

Resumo: Eis como, mais de uma vez, é-se levado a mentir, mesmo nos mapas geográficos”. Assim se expressou o artista Hercule Florence, que entre 1825-1829 foi membro da Expedição Langsdorff, referindo-se a algumas localidades que visitou no interior do Brasil, assinaladas como cidades no mapa da América do Sul de autoria de Arrowsmith, publicado em 1810. A comunicação tem como proposta perceber quais os valores que levaram o viajante a fazer uma qualificação depreciativa dos lugares, analisando os sentidos e parâmetros que guiaram a sua percepção.

Palavras-chave: Hercule Florence; Artista-Viajante; Percepção de Cidades.

Uncertainties about cities and maps

Abstract: Here is how, more than once, one is taken to lie, just like geographical maps”. This how the artist Hercule Florence, who was part of the Langsdorff expedition from 1825 to 1829, expressed himself regarding some localities he visited in the hinterland of Brazil that were marked as cities on the map of South America by Arrowsmith, published in 1810. This paper is aimed at comprehending the values that led the traveler to disqualify these places, through an analysis of the reasons and parameters that influenced his perception.

Keywords: Hercule Florence; Traveling Artist; Perception of Cities.

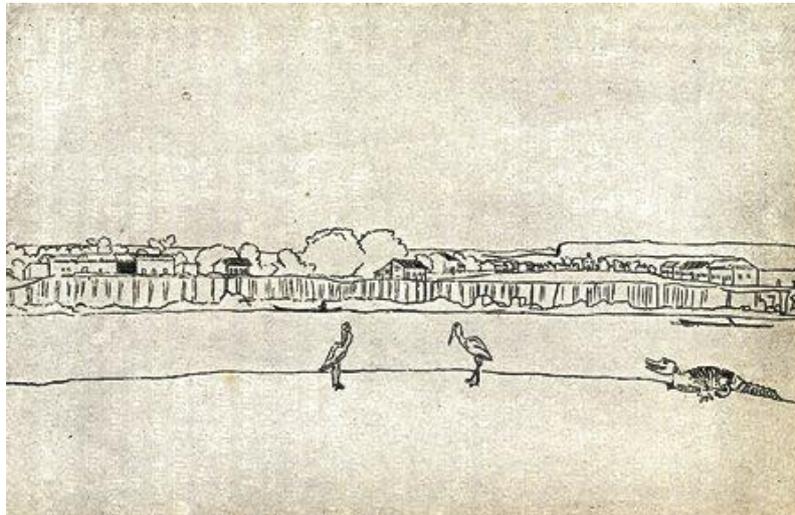
¹ Doutora em História. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e bolsista do CNPq. mfcosta@ufmt.br

² Doutor em História da Arte. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). fadiener@terra.com.br

Exagerada é a denominação de ‘vila’ por que é conhecido esse lugar, tão exagerada quanto a de outros burgozinhos da província, aqui qualificados como cidades: duas fileiras de casas em precárias condições, nos dois lados de um largo que em verdade é um pasto, centralizadas por uma igrejinha consagrada a São Luis de França e, com as casas, os muros de cercadura dos respectivos quintais; aí esta Vila Maria.

Assim expressou-se Hercule Florence (ou Hercules Florence, como o seus descentes o chamam) nas páginas da sua narrativa sobre Vila Maria — atual cidade de Cáceres, estado de Mato Grosso —, quando a visitou em 6 de setembro de 1827 (FLORENCE, 1977b, s/p). Florence era então o segundo desenhista da expedição russa liderada por G.H. von Langsdorff (1774-1852), que percorreu o interior do Império Brasileiro entre 1823-1829 e, na ocasião, esboçou em rápidos e singelos traços, a vista da localidade que se vê abaixo.

Figura 01- “Vila Maria” Hercule Florence, ca. 1827



Fonte: FLORENCE, 1977a, p. 174

Vila Maria situa-se à margem esquerda do rio Paraguai e, como indica o registro visual, foi da margem oposta que o artista a desenhou, estando numa das ilhas sazonais que se formam no meio do curso fluvial em tempos de seca. O que se vê são diminutas casas dispostas num terreno elevado, que dão forma ao pequeno núcleo urbano: o largo — que o artista chama de pasto —, a igreja e as casas se situam à esquerda da representação, quase se confundindo com a paisagem. Entretanto, o artista reservou o espaço do primeiro plano para montar uma ligeira composição anedótica, o que dá à cena um tom nada cosmopolita: dois pássaros tuiuiú e um jacaré que parece quer devorá-los.

O registro visual faz eco à narrativa escrita no sentido de caracterizar o lugar como um espaço não urbano e justificar a adjetivação de “exagerada” para a denominação dada a Vila Maria. Isto, sem embargo, não ocorre apenas com esta localidade, mas com quase todos os núcleos populacionais ou os “outros burgozinhos” com os quais Florence travou contato no interior do Brasil Central durante sua viagem. É sobre isso que trataremos neste artigo, buscando perceber quais os valores que levaram o viajante a fazer esses juízos, analisando os sentidos e parâmetros que guiaram a sua percepção.

Cabe lembrar, inicialmente, que — tal como indicado por Sandra Pesavento ao fazer suas descrições — o autor traz consigo tanto elementos da sua individualidade, como do seu meio social e cultural, os quais interferem na escolha da linguagem, palavras de referência, tendências e público de destino (PESAVENTO, 1999, p. 21). Com Florence não foi diferente.

Figura 02 - Retrato de Hercule Florence, s.d. Autor desconhecido.



Fonte: <http://search.ihf19.org.br:8080/xmlui/handle/1357/239>

Criado na Europa, esse francês, nascido em Nice em 1804, ao se fazer expedicionário era um jovem de 23 anos que trazia consigo visões de cidades próprias do seu universo mental: lugares tomados por construções, casas, edifícios, ruas, praças e monumentos subordinados, no substancial, ao ideal urbanístico renascentista. Para ele, a cidade seria o lócus essencial da civilização, lugar onde viveriam pessoas ligadas por precisos laços sociais, mediados e submetidos à lei, à ordem e ao decoro vigentes. Um lugar, na expressão sintética de Lewis Mumford, que “favorece a arte e é a própria arte” (citado por ARGAN, 1995, p. 73). Mas enquanto deslocava-se pelo interior do Brasil,

Florence dá a entender que não pôde encontrar lugares que correspondessem a essas qualificações.

Hercule Florence passou a fazer parte da expedição Langsdorff em 1825, para exercer as funções de geógrafo e segundo desenhista (BECHER, 1990, p. 73 e 76), com o objetivo de realizar uma viagem que tinha como roteiro o centro da América do Sul. Nessa empresa cabia-lhe produzir a devida documentação visual, própria das expedições científicas de caráter naturalista.

Agora, em setembro de 1827 — vale dizer em plena estação das secas —, encontrava-se à beira do grande rio Paraguai e tinha diante de si uma vila, cuja população, segundo seu testemunho, era de apenas “seis ou sete homens brancos, trezentos caburés descendentes de índios aldeados, [...] mulatos e negros” (FLORENCE, 1977a, p. 200); homens e mulheres que andavam nus da cintura para cima, ou eram indígenas que circulavam em plena praça, ataviados apenas com seus adereços étnicos. Chamar esse lugar de vila lhe parecia, pois, um grande despropósito.

A denominação, entretanto, fazia parte da documentação oficial e, ademais, estava grafada no corpo do mapa da América do Sul que o inglês Aaron Arrowsmith publicou em 1810, mapa que servia de guia a Langsdorff e seus companheiros nessa jornada científica.³

Figura 03. Mapa da América do Sul



Fonte: A. Arrowsmith, 1810

³ Trata-se da segunda etapa da Expedição Langsdorff, da qual participaram além do chefe G. H. von Langsdorff (1774-1852) e de H. Florence (1804-1879), o botânico L. Riedel (1791-1861), o astrônomo N. Rubtsoff (1790-1861) e A.-A. Taunay (1803-1828), sendo este o primeiro artista.

Há de se observar que Aaron Arrowsmith (1750 – 1823) era então o hidrógrafo do príncipe de Gales, sendo o fundador de uma das casas cartográficas mais prestigiadas na Europa. Seu trabalho alcançou fama depois que publicou em 1790, um Mapa-Múndi utilizando a projeção de Mercator e logo seus mapas passaram a ser referência para todos os viajantes que se aventuravam mundo afora, como o fez, entre outros, Alexander von Humboldt quando empreendeu sua grande viagem ao interior do continente americano entre 1799-1804.

A carta que foi usada pela expedição russa era a mais recente edição, produzida em 1810 e publicada em 1814, portanto, portadora de informações atualizadas. Media 1,99 x 1,39 m e representava apenas o território sul-americano com suas divisões físicas e políticas. Trata-se de um mapa realizado em gabinete, construído, tal como seu autor explicita, a partir de dados documentais e de rigorosas informações cartográficas e observações astronômicas. De fato, no início do século XIX essa era a mais precisa referência geográfica sobre a América do Sul. Em sua narrativa Florence faz algumas menções ao uso do mapa, explicitando a sua precisão:

[...] Muitas vezes tive ensejo de apreciar quão exatamente estão nele marcadas as localidades por que passei. Muitas existem que não vêm mencionadas; outras o são erradamente; entretanto de quantas cartas depois cotejei, é esta [de Arrowsmith] a que mais se chega à verdade. (FLORENCE, 1977a, p. 38)

Guiando-se, aferindo e mesmo retificando as verdades geográficas desse simbólico artefato da civilização que é o mapa, os membros da Expedição Langsdorff empreenderam a impressionante viagem fluvial que os conduziu de São Paulo a Cuiabá: saindo através das águas do rio Tietê, trafegaram rio a rio, o Pardo, o Camapuã, o Taquari, o Paraguai, o São Lourenço e o Cuiabá, até chegar à capital da Província de Mato Grosso.

Nesse percurso, Florence e seus companheiros atravessaram uma região de raros e diminutos núcleos populacionais, adentrando paisagens ainda pouco exploradas pela ciência moderna. Diante do desconhecido, os seus sentidos diariamente iam-se adaptando aos novos odores, sabores, sons e ruídos, formas, texturas e temperaturas. Sem esquecer que nesses caminhos a situação de perigo era uma constante e se mostrava em forma de animais, corredeiras, cachoeiras, e indígenas, estes algumas vezes em armas na defesa de seus territórios. Vivia-se, pois, num estado de tensão permanente.

O trajeto, em verdade, impôs aos viajantes um violento face a face não só entre os expedicionários como também consigo mesmos. Ao folhearmos os diários legados pelo chefe da expedição, aqui e ali se detectam facetas do sempre tenso dia-a-dia vivido em trânsito. Não era para menos. Enquanto se deslocavam por esses tantos rios, chegaram a passar três meses convivendo apenas entre eles, em meio a regiões que Langsdorff qualificou de “*ermas e incultas*”. Tempo no qual não encontraram “*nenhum habitante, nem mesmo índios*”, como o mesmo anotou em 26 de setembro de 1826 nas páginas do seu Diário (LANGSDORFF, 1997, p. 252). Diante desses dados não é difícil imaginar como, nesse deserto de água, a cada passo crescia nos expedicionários a vontade de chegar a lugares que lhes trouxessem o conforto e a convivência próprios da urbanidade.

E a garantia da proximidade era dada pelas informações que o mapa do cartógrafo inglês lhes oferecia.

Chegados à cidade de Cuiabá — que no mapa ainda figurava como vila, não obstante, desde 1818 havia sido elevada à categoria de cidade, sendo então a capital da Província —, ali encontraram, sim, uma boa acolhida. Contudo, a Florence a fisionomia da urbe lhe pareceu desproporcionada. Ali não havia mais do que,

[...] 18 ou 20 casas com um pequeno sobrado, sendo as demais todas térreas, e mesmo o edifício em que estavam o presidente e a intendência, apesar de ser chamado palácio, não passava de uma casa térrea com janelas, sendo essas, as únicas na Capital que possuíam caixilhos com vidros. (FLORENCE, 1977a, p. 137).

Nessas casas de um único piso e sem vidraças nas janelas, as cozinhas eram feitas no jardim, debaixo de um telheiro, mas em todos os quintais havia laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvores que, na opinião do viajante, davam à “*povoação aspecto risonho e pitoresco.*” Porém Florence estranha o fato de não encontrar em Cuiabá “*uma só casa com chaminé*” (FLORENCE, 1977, p. 142). Quanto aos moradores, esses, em sua opinião, eram promíscuos, principalmente as mulheres, que levavam uma vida desprovida de regras.

Contudo, embora não encontrasse a fisionomia urbana nem a população que idealizara, o desenhista reconheceu alguns hábitos citadinos dentre os moradores de Cuiabá, principalmente nos seus dirigentes. Em volta dela, entretanto, estavam os “*outros burgozinhos*” que causaram grande decepção aos seus sentidos, a já citada Vila Maria, onde nada encontrou que lhe desse o conforto urbano que desejava, e Guimarães,

situada a 60 km da capital, lugar que em sua opinião [...] não passa de uma rua de míseras choupanas e de um largo em parte aberto em parte cercado de casinhas cobertas de sapé, com uma igreja no fundo. (FLORENCE, 1977a, p. 164)

Essa localidade, em especial, lhe causou um grande desconforto. Guimarães – hoje cidade de Chapada dos Guimarães –, a seu alvitre, não passava de uma aldeola, uma mera freguesia. Ao descrevê-la deixa escapar o seu desapontamento; parecia sentir-se intimamente enganado. Guimarães jamais poderia ter a denominação de vila. Diante dele a realidade contrasta com as (in)verdades contidas no corpo do mapa inglês, e esta não pode ser contestada nem corrigida; um sentimento de frustração parece dominá-lo. Tenta, então, explicar para si e para o seu eventual leitor, o motivo desse desalinho.

[...] como no fim do século XVIII, tratou-se de transferir a sede do governo de Vila Bela, então capital, para Cuiabá, por causa da insalubridade daquele local, elevou-se a vila de Cuiabá à categoria de cidade, condição essencial para ser capital e, a fim de fazer-lhe um digno cortejo, deram-se as honras de vila a cinco ou seis aldeolas, freguesias, que não mereciam essa distinção e que [...] nunca puderam prosperar. (FLORENCE, 1977a, p. 164; grifos no original)

Segundo seu testemunho, foi a necessidade de elevar a colonial Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá à categoria de cidade, e transformá-la em capital da Província, que levou as autoridades lusas darem o *status* de vila a localidades em seu entorno, como a Vila Maria e como a Vila de Guimarães. E o mesmo teria ocorrido também com o arraial de Poconé, situado a 100 km de Cuiabá, hoje cidade de Poconé, da qual Florence faz a seguinte referência:

[...] chegamos ao arraial de Poconé ou São Pedro d’El-Rei, sendo o primeiro nome o de uma tribo de índios já extinta e o segundo o que lhe foi dado quando quiseram elevar o povoado à categoria de arraial a fim de formar um condigno cortejo à localidade de Cuiabá, ereta em cidade e em capital da província.

[...] Poconé não tem senão duas ruas: a igreja é nova e pequena: a cadeia está em ruínas. Não se vê viva alma: muitas casas estão abandonadas; perto não passa um riacho sequer, e os habitantes têm que abrir poços na terra. Um cerrado espesso serve de cintura à localidade que não tem nenhum horizonte. (FLORENCE, 1977a, p. 213-214)

Considerando-se os padrões europeus adotados para se classificar vilas e cidades, temos de concordar que os lugares descritos por Florence, de fato, estão muito distantes do ideal urbano e citadino que o imaginário renascentista projetou. Todavia, não podemos esquecer que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a paisagem”, como tão bem remarcou Sergio Buarque de Holanda nas páginas

do seu clássico livro *Raízes do Brasil*. Nela, de acordo com o célebre historiador, não há nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra “desleixo” (BUARQUE DE HOLANDA, 1936, p. 62). E é esse desleixo que vemos também registrado nas palavras do viajante.

Temos de observar, ainda, que realmente houve uma manipulação institucional à hora de categorizar essas localidades, dando-lhes o *status* urbano com o qual as mesmas não condiziam. Esse artifício foi realizado no final do século XVIII, não com o objetivo de transferir a capital para Cuiabá, como quer o nosso geógrafo-pintor. A manipulação — ou mentira — foi forjada sim, pelo governo colonial português, mas com fins estratégicos.

Visando a garantir a posse das terras situadas no interior sul-americano, terras, vale lembrar, que por força ainda do tratado de Tordesilhas, pertenciam ao império espanhol, foi que o governo lusitano criou essas localidades no final do século XVIII. Os demarcadores de limites, principalmente os engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco José de Lacerda e Almeida, as desenharam em seus mapas.

As três localidades citadas por Florence, Vila Maria, Arraial de Poconé e Guimarães enquadram-se, pois, no conceito de “cidades de penetração rumo às fronteiras”, cunhado por Paulo Santos: lugares que foram criados com o propósito de conter as investidas dos castelhanos e complementar os tratados de limites (SANTOS, 2001, p.117). Por isso receberam um *status* urbano que não lhes cabia e assim foram citadas nos documentos e desenhadas nas cartas geográficas.

Foram, pois, os portugueses que criaram um fato geográfico, por razões estratégicas e de domínio de território. Pouco lhes importava o número de habitantes e se seus hábitos eram de urbanidade, ao estilo europeu. Importava, sim, a Ata de Fundação que lhes dava posse. O atributo de vila, arraial ou povoação garantia a figuração de um espaço bem construído e habitado; por sua vez, o registro mapográfico lhes conferia uma existência em dimensões universais.

Arrowsmith — que nunca esteve na região — ao desenhar o seu mapa da América Meridional, como o mesmo faz referência na cartela do mapa, tomou como fonte as informações contidas na cartografia pré-existente, referendando-a. Dessa maneira, o hidrógrafo do príncipe de Gales, ao respeitar os dados que os antigos

documentos lhe indicavam, acabou sublinhando a construção política realizada pelo império português.

Como bem assinala J. B. Halley (2002), os mapas são instrumentos de poder, imagens construídas, representações geográficas de lugares projetados pela inteligência humana. E como tal, nada têm de inocente. O ato de cartografar é um exercício virtuoso do domínio do homem sobre o território representado. Ou seja, nada melhor para tomar posse de um território que se conquista do que nomeá-lo e aprisioná-lo, desenhando-o em mapas.

Para Florence, entretanto e apesar das atas, apesar do mapa, diante dos seus olhos o que existia eram “burgozinhos de província”, lugares compostos por míseras choupanas, localidades nas quais brancos, negros, mestiços e indígenas, indistintamente, circulavam em praça pública exibindo total ou parcialmente a nudez de seus corpos. Lugares cujos valores nada tinham em comum com o modelo citadino que o seu imaginário esperava.

Diante desse fato, o viajante então se questiona. As suas incertezas afloram deixando-o com o sentimento de impotência: nada pode fazer a não ser usar a sua narrativa como denuncia, e o faz com o abafado suspiro: “Eis como, mais de uma vez, é-se levado a mentir, mesmo nos mapas geográficos” (FLORENCE, 1977a, p. 164). Como prova da sua não convivência, usa a habilidade do seu traço para documentar visualmente o que descreve em palavras.

Florence, como os demais europeus que empreenderam viagens científicas ao interior do Brasil no início do XIX, estava vinculado ao projeto civilizador, com o qual no século XIX a Europa queria moldar as terras sul-americanas, principalmente depois que estas romperam com suas metrópoles ibéricas e tornaram-se independentes. Nele se prescrevia a subordinação dos espaços naturais às regras urbanas e geográficas e às suas convenções simbólicas. Os expedicionários ligados às empresas naturalistas olhavam a natureza reconhecendo-a como espaços a serem conquistados e reduzidos, da mesma maneira que as populações urbanas ou indígenas. Seu norte era o progresso. De tal maneira que ao olhar as águas do rio Paraguai, Hercule Florence exclama:

É o mais belo canal que a natureza formou para permitir ao homem devassar desertos tão dilatados, para povoá-los e dar-lhes as regalias de ativa navegação e imenso comércio. Em qualquer ponto achariam os barcos a vapor florestas para abastecê-los de combustível abundante e fácil. [...] A província possui o mais belo caminho do mundo, o Paraguai: poderia ter

excelentes estradas de rodagem, mas ali estão ainda no século da barbaria.” (FLORENCE, 1977a., p. 99-100)

Sim, o mundo em estado natural o impressiona, mas como via para os projetos civilizadores, para que finalmente saísse da “barbaria” na qual a seu ver ainda se encontrava. Afinal, como deixa evidente “cem vezes preferível é a civilização com todos os horríveis tormentos: aí há a luta pelo bem, a melhor partida que o homem possa aspirar”. (FLORENCE, 1977a, p. 249).

O espaço próprio para a civilização é o espaço urbano que a cidade oferece. Por isso a sua indignação. Diante das vilas e cidades que encontrou no interior do Brasil Central só lhe restava ser conivente com as “mentiras” contidas na carta geográfica, mesmo que isso fosse contra a sua vontade.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Tradução. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BECHER, Hans. **O Brarão Georg Heinrich von Langsdorff**. Pesquisas de um cientista alemão no século XIX. Tradução. Brasília: Editora UNB, 1990.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora José Olympio, 1936.
- FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas** de 1825 a 1829. Tradução. São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1977a.
- FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas**, pelas Províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829). Tradução. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1977b (edição sem numeração de páginas)
- HARLEY, J. B. **The new nature of Maps**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2002
- LANGSDORFF, G. H. von. **Diários de Langsdorff**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, vol. 2. [Edição organizada por Danuzio Gil Bernadino da Silva]
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade**. Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.